

Um modelo em apuros? Os efeitos da crise do Euro na UE como um modelo para a integração regional na América do Sul¹

105

ELENA LAZAROU

INTRODUÇÃO

Em 2007, o Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, David Miliband, propôs que a União Européia (UE) deveria visar ser uma ‘potência modelo’, traçando um rumo para a cooperação e integração entre outros países (Penketh, 2007). A da ‘potência modelo’ está de alguma forma ligada aos debates acadêmicos sobre a natureza da identidade da UE como ator internacional e sua influência na evolução das situações internacional e regionais em todo o mundo. Estudiosos da integração européia (por exemplo, Cederman, 2001; Smith, 2002; Lucarelli e Manners, 2006) introduziram vários termos novos a fim de explicar o poder não-material da UE. O mais famoso, a noção de um ‘poder normativo Europeu’, conceitua a UE como um modificador de normas no sistema internacional (Manners, 2002, p. 252).

Tal dimensão normativa está no centro do “modelo” da UE e da sua evolução desde os anos 1950. Além disso, suas significativas conquistas regionais levaram a UE a perceber-se como um exemplo de governança eficaz e legítimo, que outros países e regiões podem emular e o fazem (Torrent, 2002). Portanto, a ‘exportação’ ou ‘difusão’ de normas tornou-se intrinsecamente li-

1 A autora gostaria de agradecer à Carolina Taboada e à Laura Naves por sua ajuda na pesquisa necessária para este capítulo.

gada à política externa da UE, uma parte significativa da qual é a promoção da integração e da cooperação regionais em outras partes do mundo. Como criticamente discutido ao longo deste volume (em particular por Holden e Motsamai/Qobo), o foco na UE tem quase monopolizado a pesquisa acadêmica sobre regionalismo e tem sido, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, imitado pela maioria das iniciativas de regionalização em todo o mundo, inspirando o discurso político de estadistas, políticos regionais e líderes de opinião.

Com esses pensamentos preliminares em mente, a primeira parte deste capítulo introduz a ideia da UE como um 'modelo' de integração regional, ligando-a à literatura sobre a Europa como um poder normativo. A segunda parte discute a influência do modelo da UE sobre a cooperação e a integração regional na América do Sul. Em particular, ela foca no uso discursivo do modelo na política externa brasileira durante os dois mandatos do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva como uma retórica dominante para a promoção da integração regional, especialmente no caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Finalmente, o capítulo analisa o impacto da crise financeira sobre a 'desconstrução' desse modelo ideal de integração européia e tenta discernir como isso vai influenciar o discurso sobre o futuro da integração e cooperação regional na América do Sul e, principalmente, no Brasil.

A IDEIA DA EUROPA COMO UM MODELO

No estudo da integração regional nenhuma entidade figura de forma tão proeminente quanto a UE. Na literatura preponderante sobre o assunto, o projeto de integração européia é muitas vezes usado como exemplo-chave para a construção e teste de teorias que explicam porque os Estados escolhem integrar-se (por exemplo, Hoffman, 1966; Lindberg, 1963; Haas, 1970; Moravcsik, 1991) e até mesmo como base para a exploração da lógica geral da integração regional (Mattli, 1999).

Até recentemente, a pesquisa acadêmica sobre a UE como um modelo foi desenvolvida de duas formas. Por um lado, cientistas sociais (principalmente economistas) têm interpretado a integração regional como uma forma de (re) distribuição de riqueza, muitas vezes associada a ajustes ao estado de bem-estar social devido à crescente globalização. Assim, sua abordagem para a cooperação regional tem sido influenciada pela evolução da liberalização do comércio internacional e pela crescente interdependência (Viner, 1952; Balassa, 1961),

uma visão que ainda é predominante na literatura das ciências sociais (Christie, 2002; Mattli, 1999; Eichengreen, 1992).

Os cientistas políticos, por outro lado, têm justaposto uma abordagem que se concentra nas dimensões políticas e institucionais da regionalização. Neste contexto, eles têm enfatizado a importância da UE como uma formação supranacional levando os seus Estados-membros a uma maior integração e coordenação política (Bellamy e Castiglione, 1998). Como resultado, a forma particular de cooperação promovida pela UE produziu um regionalismo profundo dentro de seus domínios, aumentando a disposição dos Estados a sacrificar certo grau de soberania, a fim de harmonizar, coordenar e integrar suas políticas (Haas, 1963; Lindberg, 1963; Laffan, 1998).

O que torna a União Européia única é a “fusão” econômica, política, social e, possivelmente, ideacional da maioria das políticas dos Estados-membros. É, certamente, o único caso de integração regional funcional envolvendo governança supranacional, competências compartilhadas e uma partilha de soberania (Keohane e Hoffmann, 1991). Enquanto mercados comuns e uniões aduaneiras são menos incomuns, a UE evoluiu desse nível para uma comunidade política com instituições próprias, um sistema legal, políticas, valores e princípios. O processo de *spillover*, por meio do qual isso ocorreu é, talvez, a chave para a singularidade do modelo². Devido à resultante integração cada vez mais próxima, os (agora 27) Estados-membros da UE passaram da partilha de um Mercado Comum para a formação de um Mercado Único, que envolve a livre circulação de pessoas, bens e serviços. Além disso, em 1992, o Tratado de Maastricht introduziu a cidadania da UE, que, ao lado de cidadanias nacionais, estabelece direitos e obrigações adicionais para os cidadãos dos Estados-membros.

Outra característica importante do modelo da UE reside na transferência de soberania dos tomadores de decisão nacionais para as instituições supranacionais e intergovernamentais com sede em Bruxelas. Essas instituições,

2 De acordo com Haas, *spillover* é ‘a lógica expansiva da integração setorial’. A liberalização do comércio dentro da união aduaneira levaria à harmonização das políticas econômicas gerais e, eventualmente, transbordaria para áreas políticas e levaria à criação de algum tipo de comunidade política (Haas, 1958, p. 311). Para Lindberg, *spillover* refere-se a uma situação em que uma determinada ação, relacionada a um objetivo específico, cria uma situação em que o objetivo original só pode ser garantido por meio de ações adicionais, o que por sua vez cria mais uma condição e necessidade de mais ação, e assim por diante (Lindberg, 1963, p. 10). O conceito é central na abordagem neofuncionalista para a integração regional, que se tornou um campo de pesquisa vibrante na década de 1960 e deu origem à pesquisa sobre a integração regional para além da Europa (Haas e Schmitter, 1964).

regidas pelos princípios e procedimentos consagrados na legislação da UE (especialmente os tratados fundadores), promulgam políticas que exibem as características e normas ‘particulares’ imbuídas na própria União como comunidade política. Ademais, o fortalecimento cada vez maior de instituições supranacionais (por exemplo, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu) em áreas de alta política (*high politics*), como a política externa, contribui para definir a UE como um único ator no cenário internacional e como aspirante a potência global, principalmente desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, que estabeleceu o papel do Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

A realização de tais níveis elevados de integração econômica e política, juntamente com a manutenção de uma prosperidade generalizada, tem sido um elemento chave na formação da identidade da UE no sistema internacional e na projeção de seu ‘poder’. Assim, nos últimos anos, o debate sobre a capacidade da UE de ‘exportar’ o seu próprio modelo tem sido largamente influenciado por uma reconsideração geral da própria natureza do poder em um ambiente internacional que se transforma continuamente (Bicchi, 2006; Miliband, 2007; Sjursen 2006).

De fato, enquanto a centralidade de poder nas relações entre Estados e atores internacionais é inquestionável, a definição do conceito tem sofrido importantes reconsiderações conforme novos desenvolvimentos na arena internacional erodem a compreensão clássica de poder como força militar. Neste espírito, Joseph Nye cunhou o termo *soft power*, envolvendo elementos ideacionais em vez de elementos materiais, definido como “a habilidade de alcançar objetivos através da atração em vez de coerção [...] convencendo outros a concordar com ou seguir normas e instituições que produzem o comportamento desejado” (Nye, 2004, p. 86). Embora o trabalho de Nye tenha se baseado predominantemente no *soft power* dos Estados Unidos (EUA), os estudiosos da integração europeia, principalmente aqueles envolvidos com a política externa da UE e sua identidade como um ator internacional (Cederman, 2001; Smith, 2002; Lucarelli e Manners, 2006; Sjursen, 2006), introduziram uma nova terminologia para descrever a influência da UE nos assuntos globais. Após a formulação original de François Duchene, que descreveu a Europa como um ‘poder civil’ (Duchene, 1972), novos rótulos passaram a incluir ‘poder ético’ (Aggestam, 2008), ‘poder pós-moderno’ (Kim e Passoni, 2010), ‘superpotência quieta’ (Moravcsik, 2009) e, o mais famoso, ‘poder normativo’ (Manners, 2002). De acordo com Ian Manners, a UE, como um poder normativo, tem uma qualidade ontológica (a UE pode ser conceituada

como um modificador de normas no sistema internacional), uma qualidade positivista (a UE age para mudar as normas no sistema internacional) e uma qualidade normativa (a UE deve agir para estender suas normas para o sistema internacional) (Manners, 2002, p. 252).

As ideias de poder *'soft'*, *'civil'* e *'normativo'* têm sido usadas com particular intensidade na busca pela identidade da Europa como ator no sistema internacional. Muitas vezes justaposta aos EUA, a UE é vista como exercendo influência no sistema internacional por meios que são diferentes do tradicional *hard power* (especialmente o militar), cuja eficácia foi dramaticamente desafiada pelas campanhas no Afeganistão e no Iraque e pela *'guerra contra o terror'*.

Argumenta-se que a política externa da UE é derivada diretamente de sua própria natureza e seu *telos* original, que é a ambição de alcançar uma paz duradoura através da integração (Smith, 2003). Este princípio inerente coloca especial ênfase na cooperação multilateral, na primazia da diplomacia (em oposição à coerção), na utilização da mediação para resolver conflitos e na promoção dos direitos humanos e do Estado de Direito (Keukeleire, 2010).

Assim, a maneira com que a UE cria e implementa sua política externa não é apenas *"refletida no conteúdo da política produzida"* (Smith, 2003, p. 18), mas também no legado e nas realizações da própria UE. Nesse sentido, as normas e valores que caracterizam a UE são igualmente promovidos e difundidos através de uma série de acordos e parcerias com países terceiros ou grupos de Estados.

Além de cooperação comercial, diplomática e econômica, a promoção de iniciativas de integração regional em outras áreas do mundo é uma das políticas externas mais importantes da UE, através da qual, direta ou indiretamente, ela tenta exportar os princípios previamente mencionados (Smith, 2003; Lenz, 2008). Esse foco na regionalização não é uma mera projeção da experiência da UE, mas é visto como um objetivo chave para reformar as relações internacionais. Por exemplo, tanto a Estratégia Européia de Segurança quanto o Relatório sobre a sua implementação enfatizaram a necessidade de promover os processos e organizações regionais como pilares fundamentais de um sistema mais seguro e melhor organizado de governança global (Conselho Europeu, 2003; Conselho Europeu, 2008).

Na promoção da cooperação/integração regional em outras partes do mundo, o poder normativo da UE manifesta-se através da sua capacidade de influenciar as instituições políticas, econômicas e sociais por meio da persuasão e atração em vez da coerção. Nesse sentido, tem-se argumentado que

a fonte desta persuasão/atração é o apelo do próprio modelo da UE como um exemplo de êxito na integração regional (Lenz, 2008; Smith, 2003). Por exemplo, Fawcett (1995) mantém que a lógica da cooperação inter-regional, que é a forma em que a UE realiza suas relações com outras regiões ou grupos de Estados, deriva do sucesso do modelo europeu, que transformou as relações entre ex-inimigos de guerra em uma estrutura cooperativa, onde interesses divergentes convergem através de negociações e de instituições estabelecidas em comum acordo. Dessa forma, a UE tem promovido a integração regional em grande parte por ‘exportar’ o seu próprio modelo e normas para outras regiões, o que também é evidenciado pela ênfase dada à promoção da cooperação regional nos acordos inter-regionais da UE e às parcerias com potências regionais chave (Torrent, 2002; Telò, 2007).

ADOTANDO O MODELO DA UE: A LIDERANÇA DO BRASIL EM *REGION-BUILDING*

A integração regional na América do Sul decolou com a criação do Mercosul – o Mercado Comum do Sul – por meio do Tratado de Assunção em março de 1991, uma decisão conjunta da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O Mercosul constitui uma união aduaneira e área de livre comércio que, entre outras instituições, mantém a sua própria instituição executiva (Grupo Mercado Comum) e um órgão de decisão composto por ministros nacionais (Conselho do Mercado Comum).

Os primeiros anos do Mercosul coincidiram com uma mudança gradual na política externa brasileira para a região: enquanto o Brasil tinha anteriormente se esforçado muito pouco para promover a ideia de interdependência complexa na região, na era pós-Guerra Fria, o regionalismo tornou-se cada vez mais importante para a agenda da política externa brasileira, atingindo seu pico durante os governos de Lula, entre 2003 e 2010 (Spektor, 2010). Argumenta-se que, estrategicamente, essa reorientação destina-se a consolidar a liderança do Brasil na região (Souto Maior, 2006). Ao nível do discurso político, essa mudança implicou um endosso entusiástico do projeto internacional europeu como o ponto de referência fundamental para a integração sul-americana, em grande parte com base nas realizações econômicas, políticas e sociais da UE (Lenz, 2008).

Como líder indiscutível em iniciativas regionais, em grande parte devido ao seu poder econômico e ao tamanho de sua economia, o Brasil tem muitas vezes olhado para a Europa na construção discursiva de um projeto institucio-

nal para a sua região. O presidente Lula e seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fizeram da integração na América do Sul ao estilo europeu um alvo chave. Já em seu primeiro discurso, após ser eleito em 2002, o presidente brasileiro deixou claro que os acordos comerciais entre blocos regionais seria uma prioridade de sua política externa, ecoando a tradicional preferência da UE para o comércio inter-regional (De Assis e Machado da Costa, 2003). A este respeito, o Mercosul não só precisaria de mais integração internamente, mas também precisaria olhar estrategicamente para o resto do mundo para selar novas parcerias, inclusive na África e no Oriente Médio. Logo após a formação do novo governo, o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim fez referência explícita ao modelo da UE, argumentando que a “agenda de laços mais fortes na integração regional [do Mercosul] é um projeto multifacetado, semelhante à União Européia” (Amorim, 2003):

“É importante reconhecer que os processos mais bem sucedidos de integração existentes hoje tiveram como fundamento principal o fortalecimento de sua estrutura legal e instituições. A experiência da União Européia mostra a importância de procurar harmonizar o conjunto de regras dos Estados-Membros com respeito ao processo de integração a nível regional” (Amorim, 2004a).

O Brasil também tem apoiado ardentemente a criação de um Parlamento do Mercosul, eleito por sufrágio universal, ecoando preocupações geradas na Europa sobre a falta de legitimidade e representação em organizações regionais (Neves Nunes, 2010). Em 2006, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul foi formalmente substituída por um Parlamento, também graças ao apoio técnico e financeiro fornecido pelo seu homólogo europeu. No entanto, devido à incapacidade dos Estados-Membros do Mercosul de chegar a um acordo sobre questões de proporcionalidade e representação, houve um atraso significativo na operacionalização desta nova instituição.

Talvez mais ambiciosamente, o Brasil tem visto o Mercosul como parte de uma ambição maior de integração sul-americana, mais ampla e profunda do que o existente Mercado Comum do Sul. Sementes deste projeto já haviam sido plantadas pelo governo Itamar Franco (1992-1995), que manteve negociações sobre uma Área de Livre Comércio da América do Sul, e culminou com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, em 2004, renomeada como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2007. Esta seqüência também seguiu os passos da UE, que linguisticamente deixou de ser uma

Comunidade para se tornar uma União em 1992, com o objetivo de salientar um profundo grau de integração.

Como discutido por Mosinger neste volume, a Unasul incorpora 12 Estados-Membros e visa, entre outras coisas, lidar coletivamente com questões culturais, sociais, econômicas e políticas, incluindo políticas sociais, de energia, infra-estrutura, meio ambiente, a redução das desigualdades e a promoção da paz e democracia (Itamaraty, 2008). Da mesma forma que a UE, é institucionalmente equipada com conselhos ministeriais setoriais para tratar de áreas especiais, tais como o tráfico de drogas, defesa, desenvolvimento, infra-estrutura e energia. Outra instituição importante para a integração regional que conta com significativo apoio brasileiro é o Banco Latinoamericano de Desenvolvimento Regional, que ecoa diretamente as políticas de Jacques Delors para a coesão e desenvolvimento regional, e é uma reminiscência do Banco Central Europeu.

Um discurso de 2010, por Celso Amorim no Parlamento do Mercosul, revela ideias e processos extraídos do modelo da UE, que são muitas vezes enquadrados com uma linguagem classicamente européia:

“Nos quase oito anos de mandato do presidente Lula, o Brasil investiu em um novo conceito de integração regional. Um conceito que, sem desconsiderar os aspectos econômicos e comerciais, procura incorporar dimensões *políticas, sociais e culturais* e, mais importante, um forte sentido de *solidariedade* [...]” (Amorim, 2010, p.2, tradução e grifo da autora).

O discurso de Amorim aborda os principais componentes de integração da UE, incluindo o tradicional princípio de solidariedade discutido por Holden neste volume. Ademais, sua visão de integração regional parece ser profundamente afetada por preocupações de legitimidade, eficácia e representatividade democrática, especialmente no que se refere a questões como a cidadania regional, um Parlamento legítimo e eleito diretamente, e mesmo a designação de uma figura política a ser o ‘rosto’ do Mercosul, o que melhor contribuiria para a realização dos objetivos fundamentais da democracia e dos direitos humanos em que o Mercado Comum se baseia. Além de uma agenda social clara, Amorim também concebe um Mercosul “que não é apenas o Mercosul das economias ou dos Estados, mas também *o Mercosul do povo*” (Amorim, 2010, p.7, tradução e grifo da autora).

Mesmo aqui, está evidente, o modelo da UE claramente fornece o pano de fundo, não só com as evoluções que eventualmente levaram à eleição di-

reta do Parlamento Europeu em 1979, à instituição do *Ombudsman* e da legislação de iniciativa popular, mas sobretudo com o debate em torno da Convenção Constitucional de 2004. Embora estas preocupações gerais sejam comuns a qualquer sistema político, é só depois de certo nível de integração que elas começam a surgir. A este respeito, é claro que Amorim e o governo Lula estiveram pensando nas projeções futuras do MERCOSUL ao longo das linhas do processo gradual descrito na introdução, em que um mercado comum deve evoluir para algum tipo de união política e econômica.

Em termos de relações exteriores, nomeadamente quanto ao envolvimento do Mercosul com a comunidade internacional mais ampla, o discurso do governo parece ser influenciado pelas estratégias da UE de inter-regionalismo, seu engajamento com o mundo em desenvolvimento, a promoção da democracia e relações especiais com seu entorno. O Brasil tem apoiado a conclusão de negociações sobre serviços com a Colômbia, investimentos com o Chile e o aprofundamento do acordo Mercosul-Peru, enquanto, ao mesmo tempo, tem proposto termos comerciais mais favoráveis para determinados produtos bolivianos, como os têxteis. Ele também enfatiza a necessidade de apoio e ajuda para a construção da paz e reconstrução dos ‘países irmãos’ (*sister countries*) que estão passando por momentos difíceis, como o Haiti. Ambos os elementos lembram as políticas da UE no Mediterrâneo, anteriormente ilustradas em iniciativas como a Política Europeia de Vizinhança. Além disso, a preservação e a consolidação da democracia na região são cruciais e centrais na visão do Mercosul, como apresentada pelo Brasil, indicando ao mesmo tempo a aspiração para que o Mercosul seja mais do que uma organização comercial e se assemelhe a uma entidade política em formação.

No entanto, embora tenha semelhanças visíveis com a CE/UE, em termos de seus objetivos econômicos e comerciais, o Mercosul é quatro vezes maior do que a UE em território geográfico e é composto por apenas quatro membros. A controversa filiação completa da Venezuela está pendente desde 2005, enquanto à Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, foi concedido apenas o *status* de associado. Tanto para os estudiosos quanto para os decisores políticos pró-integração na América do Sul, o contínuo desafio para a evolução do Mercosul tem sido o de extrair da Europa “lições” sobre integração – sobretudo teoria de integração regional – e adaptá-las às necessidades específicas do continente, tais como o desenvolvimento e a redução da pobreza. A este respeito, é interessante notar que a UE continua a ser um ponto chave de referência, mesmo na análise das deficiências do Mercosul.

“Sobre as dificuldades da integração sul-americana, como a livre circulação entre os países [...] deve haver um entendimento de que o Mercosul é exatamente como a União Européia foi muitas décadas atrás. Estamos tentando crescer rápido, mas evidentemente [nós] não temos, ainda, quase 50 anos de existência. Então, [...] nós tentamos fazer ‘50 anos em cinco’” (Amorim, 2004b).

Falando sobre a criação da Unasul em uma rede nacional de rádio, o próprio Lula abordou preocupações sobre as diferenças internas entre os Estados sul-americanos, referindo-se ao fato de que os Estados europeus muitas vezes discordaram sobre assuntos importantes, como o Iraque, a constituição e a união monetária. No entanto, concluiu ele, isso nunca levou a uma ruptura da UE ou a uma ameaça à sua existência (Radiobrás, 2008).

Na próxima seção, este capítulo reflete sobre se o modelo da UE ainda é visto como viável e atraente para o Brasil após o início da crise do euro e as disputas internas resultantes.

O IMPACTO DA CRISE DO EURO NA PERCEPÇÃO DA UE COMO UM ‘MODELO’

Embora a virada do milênio tenha conduzido a UE a uma fase de consolidação, também revelou fraquezas mais ou menos escondidas e, em várias ocasiões, impôs diversos desafios ao aprofundamento do processo de integração. Como discutido por Mario Telò neste volume, crises de legitimidade e eficácia afetaram as Comunidades Européias e a UE diversas vezes durante sua existência. Em 2005, a Constituição proposta foi rejeitada pelos referendos francês e holandês. Finalmente, desde 2008 (e com mais destaque desde 2010), a moeda comum da União Européia, o euro, tem estado sob ataque devido ao risco de moratória da dívida soberana de alguns Estados-membros atingidos pela crise econômica global. Rumores sobre a potencial desintegração da União, ou pelo menos da zona euro, abundaram, e a solidariedade no seio da UE atingiu mínimos sem precedentes.

Como discutido por Leblond neste volume, a explosão da crise financeira na Europa levou a altos níveis de desemprego, uma queda no crescimento estrutural e a níveis excessivos de dívida soberana. Além disso, o envelhecimento da população e uma crescente dependência de recursos agravaram a crise. Como a crise atingiu os Estados-membros de forma desigual, com alguns países conseguindo seguir crescendo e outros afundando em uma reces-

são prolongada, as implicações para a estabilidade e solidariedade no processo de integração foram inevitáveis. Em menos de dois anos, a diferença entre doadores e beneficiários dentro da UE cresceu, acarretando em previsões pessimistas sobre o futuro da integração regional e falta de apoio para a UE em muitos Estados-membros.

Com a UE emergindo como uma das vítimas mais duramente atingidas pela crise financeira e com as desigualdades intra-UE atingindo picos inéditos, novas dúvidas foram levantadas quanto à capacidade da Europa para assumir a liderança em uma ordem internacional que foi fundamentalmente modificada. Como defendeu o Primeiro Ministro da Turquia, uma das chamadas economias emergentes juntamente com outras potências, como a China, Índia e Brasil, “a crise financeira demonstrou claramente a necessidade de maior dinamismo e mudanças na Europa”:

“Os mercados de trabalho e sistemas de segurança social europeus estão em estado de coma. As economias europeias estão estagnadas. As sociedades europeias estão perto da geriatria. Pode a Europa reter o poder e a credibilidade na nova ordem mundial [...]?” (Erdogan, 2011).

Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento começou a lançar uma sombra sobre o suposto sucesso de uma união econômica e política, sem um governo central, sobre o real estado do aclamado princípio de ‘solidariedade’ na base do experimento de integração da UE e, em geral, sobre os benefícios reais da integração europeia para seus cidadãos³.

Por outro lado, como a maioria dos países emergentes, o Brasil superou a crise financeira muito rapidamente e com choques relativamente pequenos. A recessão só atingiu o país latino-americano por cinco meses em 2008-2009, em grande parte devido ao pânico estimulado pelos mercados financeiros. Em 2008, o índice Ibovespa atingiu o piso ligeiramente abaixo dos 30.000 pontos, marcando perdas no valor de bilhões de dólares para grandes empresas brasileiras, como a Sadia e o Grupo Votorantim. Em resposta, o Banco Central do Brasil injetou milhões de dólares no mercado, entretanto, ao contrário dos EUA e da Europa, não foi necessária nenhuma ajuda para empresas nacionais. O governo decidiu suspender temporariamente o imposto sobre produtos industrializados, na esperança de manter os consumidores brasileiros no jogo e ajudar a indústria automobilística. Com essas medidas em vigor e tendo

3 Entrevista da autora com Loukas Tsoukalis, Atenas, 6 de Janeiro de 2011.

registrado 61 meses de crescimento contínuo até que veio a crise, o Brasil conseguiu atingir uma média de taxa de crescimento de mais de 3,5% do PIB. Devido à sua relativamente baixa interdependência com resto do mundo, a América Latina como um todo emergiu relativamente incólume da crise. Assim, enquanto o espiral descendente da Europa continuou, principalmente após a crise da dívida grega em 2009-2010, a América Latina ganhou, lenta, mas firmemente, credibilidade na economia internacional. A capa de uma edição de 2010 da *The Economist* (2010b), que apresenta o mundo de cabeça para baixo sob o título “América Latina: não é o quintal de ninguém”, atraiu fortes comparações com uma Europa em sofrimento, tema abordado em uma edição anterior, intitulada “Alguém pode animar a Europa?”, que retratava uma Torre Eiffel curvada (*The Economist*, 2010a).

Neste contexto, levantaram-se dúvidas sobre a capacidade do modelo da UE para enfrentar a tempestade. Enquanto ainda pode ser cedo para concluir se a UE ainda é um ponto de referência atraente para a América Latina, duas narrativas principais emergem de uma análise dos discursos pós-crise entre os decisores políticos e líderes de opinião brasileiros.

O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL COMO PODERES EMERGENTES

Em geral, os decisores políticos e líderes de opinião brasileiros têm interpretado a crise da UE como mais uma prova da mudança de poder e transformações globais que vem ocorrendo no século XXI. Em sua formulação mais clássica, essas mudanças afetam a economia global e resultam em uma nova arena internacional em que economias emergentes como o Brasil se tornam os novos pólos de poder. Esta ideia tem sido um dos pilares da política externa de Lula, como ilustra o seguinte trecho de um discurso proferido na reunião dos Ministros das Finanças do G20 em 2008 em São Paulo:

“Precisamos aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos mecanismos decisórios da economia mundial. Devemos reavaliar o papel dos organismos existentes ou criar novos, de forma a fortalecer a supervisão e a regulação dos mercados financeiros” (Lula da Silva, 2008).

A emergência do Brasil e de outros novos atores como potências econômicas do século XXI é, portanto, associada à necessidade de reformar a governança global. Neste contexto, a crise é vista como uma oportunidade

para avançar as reformas necessárias. Em uma entrevista de 2010, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou:

“A crise européia não atravessou o caminho [da reforma dos organismos multilaterais], pelo contrário. A crise européia expôs a necessidade de continuar as reformas e medidas que foram estabelecidas. [...] A crise européia estabelece a necessidade da existência do G20” (Maissonave, 2010).

O próprio Lula ligou a crise e as reformas globais, argumentando:

“Precisamos de uma nova governança, mais aberta à participação. O Brasil está pronto para assumir a sua responsabilidade. Este não é o momento de nacionalismos estreitos [ou] para soluções individuais. É a hora de um pacto entre governos para criar uma nova arquitetura para as finanças globais, capaz de promover segurança e desenvolvimento em bases iguais para todos [...] Precisamos aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos mecanismos decisórios da economia mundial” (Lula da Silva, 2008).

Embora a redistribuição de peso político e econômico em assuntos globais tenha precedido a queda de *Wall Street* e a crise do euro, estes últimos aceleraram a necessidade de uma nova direção: “na medida em que a crise apareceu no centro do capitalismo, grandes países em desenvolvimento se tornaram, de certo modo, garantidores da estabilidade mundial. Neste momento de crise eles são parte da solução, não do problema” (Amorim, 2009).

Referências a grupos como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o G20 ou os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e sua influência em expansão, também se tornaram mais comuns. O discurso oficial gira em torno do fato de que “desta vez, os países emergentes têm ajudado a restabelecer o equilíbrio nos países desenvolvidos. [...] Os países emergentes estão contribuindo mais que os outros para enfrentar a crise” (Mantega, 2010). Significativamente, esta mudança tem o seu epicentro na Europa, onde a crise da dívida soberana revelou uma tendência inversa: agora é o Brasil que vai ajudar a Grécia a ‘sair da crise’ (Amorim, 2010).

Curiosamente, a evolução da cooperação e integração regional também é afetada pela mudança de poder global. O Mercosul, por exemplo, figura de forma proeminente na agenda do Brasil para reformas globais. De acordo com o ex-presidente,

“O Mercosul, juntamente com nossos amigos da América Latina e do Caribe, não pode assistir passivamente ao debate sobre a crise global. Nós temos um papel importante a desempenhar na construção de uma nova arquitetura política e econômica, de dimensões internacionais, multipolar e multilateral” (Lula da Silva, 2008).

Enquanto o Brasil é cada vez mais visto como uma progressiva estrela em ascensão, a Europa é percebida como enfrentando profundos desafios que podem comprometer a sua posição na economia mundial. Pelo menos no campo econômico, o modelo brasileiro parece ter superado o modelo da UE. Lula se referiu a esta dinâmica:

“O Brasil foi um dos últimos países a ser atingido pela crise e um dos primeiros a recuperar-se. Por quê? Porque tínhamos reorganizado a economia ao longo de fundamentos sólidos, com base no crescimento, na estabilidade, na produtividade, num sistema financeiro saudável, no acesso ao crédito e na inclusão social. E quando os efeitos da crise começaram a nos alcançar, reforçamos, sem titubear, a base do nosso modelo” (Lula da Silva, 2010).

Em suma, é plausível concluir que a crise ajudou os políticos brasileiros a salientar as mudanças de poder e transformações globais que promovem o empoderamento da região da América Latina e o enfraquecimento de jogadores tradicionalmente dominantes, principalmente a Europa. A crise é, portanto, retratada como uma confirmação factual da retórica da ‘era do Brasil’, como capturado em uma entrevista que Lula deu ao diário espanhol *El Mundo*, em 2009:

“Estou convencido de que o século XXI é o século do Brasil. Estamos vivendo um momento excepcional. Apesar da crise, estamos criando, este ano, mais de 1,4 milhão de novos empregos formais, enquanto milhões de postos de trabalho foram e estão sendo sacrificados nos países ricos” (Lula da Silva, 2009).

EUROPA: UM PARCEIRO EM DECLÍNIO?

Embora o discurso geral retrate um mundo em rápida mutação em que o Brasil e a América Latina tornam-se potências mais influentes e potências tradicionais, como a Europa, perdem a liderança, o Brasil e a UE ainda são

descritos como parceiros importantes (por exemplo, uma parceria estratégica bilateral foi assinada em 2007), que devem trabalhar juntos para acabar com a crise. Dentro do novo contexto global, no entanto, o Brasil se sente no direito de mudar as coisas e ensinar a Europa, de acordo com a observação de Amorim, de que “agora a União Européia está em busca da parceria do Brasil, em vez de o contrário” (Paiva, 2008).

O grande jornal brasileiro, Folha de São Paulo, refere-se a uma ‘década perdida’ para a Europa, traçando um paralelo sombrio com a crise econômica brasileira dos anos 1980 (Freire, 2011). “O que eles estão vivendo é muito semelhante ao que vivemos na década de 1980. Esta é uma crise de longa duração”, escreveu a proeminente jornalista Miriam Leitão, que conclui que “a Europa terá de realizar uma grande reestruturação de suas dívidas, como fizemos aqui no Brasil” (Leitão, 2011). A ideia de que a Europa deva aprender com o Brasil, que até certo ponto inverte padrões de raciocínio anteriores, é recebida com um sentido subjacente de realização e orgulho, como ilustrado em um artigo de opinião (*op-ed*) pelo proeminente jornalista Paulo Nogueira Batista Jr.:

“A dinâmica que leva a estas situações é uma velha conhecida nossa aqui na América Latina. Nesta matéria, modéstia à parte, poderíamos até exportar algum *know-how* para os europeus, que não haviam experimentado uma crise de tais dimensões regionais há um tempo. [...] O Brasil está bem. Nós vamos emprestar dinheiro à Grécia, através do FMI” (Batista Jr., 2010).

Indiretamente, essas discussões expressam dúvidas sobre a capacidade da Europa para permanecer em seu curso e uma crítica geral ao comportamento das potências tradicionais. Nas palavras de Lula, “a crise nasceu nas economias avançadas. É a consequência da crença cega na capacidade de auto-regulação dos mercados e, em grande medida, da falta de controle sobre as atividades de agentes financeiros” (Lula da Silva, 2008). Alguns apontam que muitos países europeus, especialmente os chamados PIIGS, viviam com uma ilusão de prosperidade, “financiando-se a baixo custo por adotar o euro como moeda e viviam sob o abrigo do Banco Central Europeu” (*Op-Ed: Desordem européia*, Folha de S. Paulo, 2011). Como apontado por Holden neste volume, essas críticas chamam a atenção para os perigos da integração, em especial da união monetária, para os Estados mais fracos e mais pobres, o que sugere ser necessária maior cautela quando se considera ‘o quanto’ se integrar.

Isso, por sua vez, leva a várias reivindicações de que a UE como um todo já não merece o lugar de poder que ocupa no sistema internacional. Nas palavras de Roberto Jaguaribe, embaixador do Brasil em Londres:

“A Europa sofreu perdas importantes em seu poder e significado. Não parece razoável que países europeus com economias proporcionalmente importantes mantenham participações superiores em instituições de governança global do que países com economias muito maiores. É preciso haver uma correção”. (Gallas, 2010).

A sensação de que a UE atualmente pesa mais na governança global do que deveria e que pode precisar ser redimensionada na reorganização global de poder e papéis alimenta o objetivo brasileiro de alcançar uma reforma global nas organizações multilaterais. Descrevendo a visão brasileira sobre as reformas tão necessárias de governança global, Mantega comenta: “Nós vemos que a Europa está perdendo a sua expressão. Do que a reforma se trata? Trata-se de reduzir a participação dos países avançados, que são menos dinâmicos, e intensificar a dos países emergentes, que são mais dinâmicos” (Mantega, 2010).

O declínio da Europa, que continua a ser um importante parceiro comercial e político do Brasil, também é percebido como uma ameaça. “Do nosso ponto de vista”, escreve Leitão, “o cenário ideal é que a Europa gerencie sua crise e quanto mais cedo melhor, já que a região é uma grande parceira do Brasil.” (Leitão, 2011). Em uma entrevista de 2010, Mantega também expressou preocupações de que “se as economias européias crescerem menos, isso significa que elas vão importar menos produtos brasileiros” (Mantega, 2010).

Assim, enquanto tendências para considerar a crise como um fracasso da abordagem europeia e um sucesso para o Brasil, a interdependência econômica e – até certo ponto – a parceria política com a UE contrabalanceiam o triunfalismo sobre o declínio da Europa. Logo, a avaliação final é mais sutil do que uma análise genérica pode sugerir. Devido às dinâmicas contrastantes e preocupações mais auto-interessadas, parece justo afirmar que o Brasil vê o impacto da crise da UE sobre as suas perspectivas de liderança econômica e integração regional com ‘sentimentos ambíguos’.

Ao longo da última década, a UE tem servido como um exemplo e um modelo no discurso oficial do Brasil sobre integração regional e inter-regionalismo. No entanto, a eclosão da crise do euro em 2008 desafiou severamente o apelo deste modelo em termos de sua sustentabilidade e utilidade como um instrumento de cooperação regional. Como consequência, a percepção da integração europeia na política externa brasileira sofreu mudanças substanciais, lançando dúvidas sobre a adequação do estilo de integração da UE para o continente latino-americano. A desilusão com o ideal de integração europeia, de uma união cada vez mais estreita, provavelmente levará o Brasil a adotar uma abordagem mais cautelosa para a integração monetária, se não também política, na região. A sugestão de Lula, em 2008, de que a América do Sul estaria caminhando para uma moeda comum (Radiobrás, 2008) não deve ressurgir em breve.

Como já foi demonstrado, a crise na Europa, com suas consequentes divisões internas entre os Estados-membros, foi vista pelo Brasil através da lente de transformações globais e de uma mudança de poder do Norte para o Sul, corroborando a tese de que, conforme o Brasil e outros novos atores ascendem, potências antigas declinam.

Ao mesmo tempo, a capacidade de atração da UE como um parceiro comercial importante ainda é compartilhada pela maioria dos políticos. Até hoje, o futuro do euro e da UE é uma questão de debate entre os políticos brasileiros e líderes de opinião. A opinião pública está dividida e os meios de comunicação apresentam vários pontos de vista. Por um lado, alguns acreditam que a zona do euro está sendo reforçada pelas reformas atuais. Conforme comentado pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, “os países europeus decidiram fazer um esforço para combatê-la [a crise]⁴, eles decidiram colocar dinheiro e desenvolver ferramentas, que, na minha opinião, são eficazes. Eles estão trabalhando rapidamente” (Mantega 2010). A partir desta perspectiva, a cooperação e a integração são processos que tornam a região mais forte, oferecendo mecanismos para respostas coletivas para as crises e problemas. Neste sentido, o modelo da UE pode manter a sua atração, apesar do cenário turbulento atual.

4 Inserção da tradutora.

Por outro lado, muitos estão convencidos de que uma crise prolongada vai levar a novas divisões no seio da UE, com repercussões negativas sobre a sustentabilidade da integração regional: “A verdade é que a Europa como um todo teve problemas tremendos. As economias de outros países desenvolvidos, incluindo os EUA, também têm problemas graves, mas a região mais vulnerável é claramente a Europa, tanto a Europa desenvolvida quanto a emergente” (Batista Jr., 2010).

O pronunciamento de Lula por ocasião da IV Cúpula UE-Brasil em 2010 de que “a experiência de sucesso da União Europeia é crucial para latino-americanos, e irá enriquecer as relações da União Europeia com a América Latina e o Caribe” (14 de julho de 2010) sugere que o modelo de integração da UE ainda detém *soft power* para os políticos brasileiros. No entanto, a crise do euro deixa pouca dúvida a observadores brasileiros de que a Europa necessita de mais solidariedade, compromisso e um plano de resgate se pretende sobreviver unida. No contexto do regionalismo na América Latina, o cuidado contra os perigos da ‘integração excessiva’ tornou-se mais comum na narrativa brasileira sobre a Europa. Como isso vai impactar o tradicional esforço do Brasil para uma maior integração na América do Sul é ainda incerto e demanda análises e pesquisas mais aprofundadas.

Elena Lazarou é Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Cambridge. É Coordenadora do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas.

REFERÊNCIAS

- AGGESTAM, L. Introduction: Ethical Power Europe?. *International Affairs*, v.84, n.1, p.1-11, 2008.
- AMORIM, C. *Inserção Global do Brasil: OMC, Mercosul, ALCA, Zona de Livre Comércio do Brasil com a União Européia*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/palestra-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes>. Acessado em: 30/09/2011.
- AMORIM, C. *Discurso de abertura do II Encontro de Supremas Cortes do MERCOSUL*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/discorso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do>. Acessado em: 30/09/2011.
- AMORIM, C. *Declaração à imprensa após encontro MERCOSUL-UE*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/declaracoes-a-imprensa-do-ministro-celso-amorim>. Acessado em: 30/09/2011.
- AMORIM, C. *La perspective post-crise vue du Brésil*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/la-perspective-post-crise-vue-du-bresil-palestra>. Acessado em: 15/03/2013.
- AMORIM, C. *Discurso na XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul*, Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/discorso-do-ministro-celso-amorim-na-xxvi-sessao-plenaria-do-parlamento-do-mercosul-montevideu-18-de-outubro-de-2010>. Acessado em: 31/07/2011.
- AMORIM, C. *Brazil and the New International Order*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaiador-celso-luiz-nunes-amorim/o-brasil-e-a-nova-ordem-internacional-palestra-do-ministro-celso-amorim-na-academia-diplomatica-de-viena-viena-21-de-junho-de-2010>. Acessado em: 31/07/2011.
- BALASSA, B. *The Theory of Economic Integration*. Homewood: Irwin, 1961. 324p.
- BATISTA JR., P. N. *Grécia, Europa e Brasil*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0605201020.htm>. Acessado em: 31/07/2011.
- BELLAMY, R.; CASTIGLIONE, D. Between Cosmopolis and Community: Three Models of Rights and Democracy within the European Union'. In: ARCHIBUGUI, D.; HELD, D.; KÖLHER, M. (Org.) *Reimagining Political Community*. Oxford: Polity Press, 1998. 376 p.
- BICCHI, F. Our Size Fits All: Normative power Europe and the Mediterranean. *Journal of european public policy*, v.13, n.2, p.286-303, 2006.
- CEDERMAN, L.E. *Constructing Europe's Identity: The External Dimension*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001. 271 p.

- CHRISTIE, E. Potential Trade in South-East Europe: a Gravity Model Approach. *South-East Europe Review for Labour and Social Affairs*, n.85, v.4, p.81-101, 2002.
- DE ASSIS, A.; COSTA JR., R. M. A. Integração Regional e o Governo Lula. *Boletim Proealc*, n.19, 2003. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~proealc/Boletim19.html>. Acessado em: 30/09/2011.
- DUCHÊNE, F. Europe's role in world peace. In: MAYNE, R. (Org.). *Europe Tomorrow: Sixteen Europeans Look Ahead*. London: Fontana, p.32-47, 1972. 352 p.
- EICHENGREEN, B. Should the Maastricht Treaty be Saved?. *Princeton Studies in International Finance*, n.74, 1992.
- ERDOGAN, T.R. *The Robust Man of Europe*. Disponível em: <http://www.newsweek.com/2011/01/17/the-robust-man-of-europe.html>. Acessado em 31/07/2011.
- EUROPEAN COUNCIL. *A Secure Europe in a Better World*. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf>. Acessado em: 31/07/2011.
- EUROPEAN COUNCIL. *Report on the Implementation of the European Security Strategy: Providing Security in a Changing World*. Disponível em: http://www.eu-un.europa.eu/documents/en/081211_EU%20Security%20Strategy.pdf. Acessado em: 30/09/2011.
- FAWCETT, L.; HURRELL, A. (Org.) *Regionalism in World Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1995. 342 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Desordem européia (Editorial)*, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde26032011.htm>. Acessado em: 30/07/2011.
- FREITE, V. T. *Europa em ritmo de década perdida*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1401201114.htm>. Acessado em: 30/09/2011.
- GALLAS, D. *Para analistas, Brasil em alta passa por renascimento a Europa em crise*. Disponível em: <http://m.estadao.com.br/noticias/nacional,para-analistas-brasil-em-alta-passa-por-renascimento-na-europa-em-crise,614768.htm>. Acessado em: 30/09/2011.
- HAAS, E. The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. *International Organization*, n.24, v.4, p.606 – 646, 1963.
- HAAS, E.; SCHMITTER, P. Economics and Differential Patterns of Political Integration: Projections about Unity in Latin America. *International Organization*, n.18, v.4, p.705 – 737, 1964.
- HOFFMANN, S. Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe. *Daedalus*, n.95, v.3, p.862 – 915, 1966.
- KEOHANE, R.; HOFFMANN, S. Institutional Change in Europe in the 1980s. In: KEOHANE, R.; HOFFMANN, S. (Org.). *The New European Community: Decision Making and Institutional Change*. Boulder: Westview Press, 1991. 208 p.

- KEUKELEIRE, S. 'The European Union as a Diplomatic Actor: Internal, Traditional and Structural Diplomacy', *Diplomacy and statecraft*, v.14, n.3, p.31-56.
- KIM, N.; PASSONI, V. From Modern Power to a Postmodern Example: The Evolution of the European Union. *International Area Review*, v.13, n.3, p.203-228, 2010.
- LAFFAN, B. The European Union: A Distinctive Model of Internationalization. *Journal of European Public Policy*, v.4, n.2, p.235-254, 1998.
- LEITÃO, M. *Não há solução definitiva à vista para a crise na Europa*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2011/01/10/nao-ha-solucao-definitiva-vista-para-crise-na-europa-355615.asp>. Acessado em: 31/07/2011.
- LENZ, T. *Problematizing the EU's Model Export to Mercosur: Strategies and Motivations*. Paper prepared for the GARNET conference 'The European Union on International Affairs', San Francisco, 2008. Disponível em: http://www.ies.be/files/repo/conference2008/EUinIA_V_3_Lenz.pdf. Acessado em: 15/03/2013.
- LINDBERG, L. *The Political Dynamics of European Economic Integration*. Stanford: Stanford University Press, 1963. 367 p.
- LUCARELLI, S.; MANNERS, I. (Org.). *Values and Principles in European Foreign Policy*. Londres: Routledge, 2006. 272 p.
- LULA DA SILVA. *Discurso no Encontro de Ministros das Finanças do G20*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/703157213653-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio>. Acessado em: 31/07/2011.
- LULA DA SILVA. *Discurso na XXXVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/823894345013-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio>. Acessado em: 31/07/2011.
- LULA DA SILVA. *Exclusive interview with the President of the Federative Republic of Brazil*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/969867912776-entrevista-exclusiva-concedida-por-escrito-pelo>. Acessado em: 31/07/2011.
- LULA DA SILVA. *Remarks at the World Economic Fórum*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/remarks-by-president-lula-at-the-world-economic>. Acessado em: 31/07/2011.
- MANNERS, I. Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?. *Journal of Common Market Studies*, v.40, n.2, p.225-228, 2002.

- MANTEGA, G. *Crise europeia ajuda a reduzir excesso de crédito na economia do Brasil*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/imprensa/Entrevistas/2010/e060610.asp>. Acessado em: 31/07/2011.
- MATTLI, W. *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 216 p.
- MORAVCSIK, A. Europe: The Quiet Super Power. *French politics*, v.7, n.3/4, p.403-442, 2009.
- MORAVCSIK, A. Negotiating the Single European Act: National Interests and Conventional Statecraft in the European Community. *International Organization*, v.45, n. 1, p.19-56, 1991.
- NUNES, L. *Parlamento do Mercosul: Utopia ou descaso?*. Disponível em: <http://www.imil.org.br/artigos/parlamento-do-mercosul-utopia-ou-descaso/>. Acessado em: 30/09/2011.
- NYE, J. *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2005. 191 p.
- PAIVA, F. M. *Entrevista com Celso Amorim*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000106&pid=S0034-7329200800020000900004&lng=en. Acessado em: 30/09/2011.
- PENKETH, A. *Miliband: the EU Must be a Model Power, not a Superstate*. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/miliband-eu-must-be-a-model-power-not-a-superstate-400558.html>. Acessado em: 31/07/2011.
- SIURSEN, H. What kind of Europe? European Foreign Policy in Perspective. *Journal of European Public Policy*, v.13, n.2, p.169-181, 2006.
- SMITH, K. *European Union Foreign Policy in a Changing World*. Cambridge: Polity Press, 2008. 288 p.
- SOUTTO MAIOR, L. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. *Revista Brasileira de política internacional*, v.2, n.53, p.42-59, 2006.
- SPEKTOR, M. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.1, n.53, p.25-44, 2010.
- TELO, M. *European Union and New Regionalism: Regional Actors and Global Governance in a Post-Hegemonic Era*. Aldershot: Ashgate, 2007. 406 p.
- THE ECONOMIST. *Can anything perk up Europe?* Disponível em: <http://www.economist.com/node/16539326>. Acessado em: 31/09/2011.
- THE ECONOMIST. *Nobody's backyard*. Disponível em: <http://www.economist.com/node/16990967>. Acessado em 31/09/2011.
- THERBORN, G. Europe in the Twenty-first Century: The World's Scandinavia?. In: GOWAN, P.; ANDERSON, P. (Org.). *The Question of Europe*. Londres: Verso, 1997. 416 p.

- TORRENT, R. Regional Integration in Europe and the Americas and Bilateral Transatlantic Relations. In: GIORDANO, P. (Org.). *An Integrated Approach to the European Union-Mercosur Association*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 2002. 504 p.
- TRIPP, C. Regional Organizations in the Arab Middle East. In: FAWCETT, L.; HURRELL, A. (Org.). *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press, 1995. 360 p.
- UNASUL. (2008) *Tratado Constitutivo da Unasul*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>. Acessado em: 31/09/2011.
- VINER, J. *International Trade and Economic Development*. Glencoe: Free Press, 1952. 120 p.